SINDSEF-SP

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

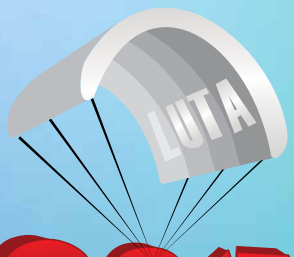
169
NOV/DEZ 2016

CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

[EDIÇÃO ESPECIAL]

RETROSPECTIVA

2012
2013
2014
2015
2016



2017

Eleições para Diretoria e Conselho Fiscal do Sindsef-SP ocorrem de 22 a 25 de novembro

Pág. 05

Conheça os candidatos e as propostas das chapas nos materiais encartados nesta edição

EDITORIAL
Dois anos de muitas lutas e enfrentamentos
Pág. 02

Atos gerais
Pág. 03

Atos unificados do funcionalismo | Seminários | Muda Condsef
Pág. 04

Eleições | Assembleias gerais, conselho deliberativo e congresso
Pág. 05

Lutas específicas: Órgãos
Págs. 06-07

Combate às opressões
Pág. 08

EDITORIAL

Dois anos de muitas lutas e enfrentamentos

Estamos na reta final de nossa gestão 2015/2016 "Avançar no Trabalho de Base – Lutar Não é Crime". Foram dois anos de muitas lutas e desafios. Assumimos nossa gestão num cenário de forte crise econômica e duros ataques aos nossos direitos.

Ao longo desses dois anos encaramos todos os desafios que nos foram demandados, sempre com comprometimento e seriedade. Procuramos fazer o melhor, buscando assegurar presença no maior número possível de órgãos. Demos continuidade às políticas e resoluções aprovadas em nossos Congressos, Assembleias e nas Reuniões do Conselho Deliberativo de Base.

Fomos vanguarda na greve de 2015, tomamos para nós a tarefa de construí-la em alguns órgãos (MTE, INCRA, IPEN, FUNDACENTRO), além de realizar paralisações em outros. Fomos um dos poucos estados da base da Condsef que assumiram e se jogaram de fato na construção da greve, muitas vezes nos enfrentamos com a própria direção da confederação.

Tivemos um firme posicionamento diante das irregularidades envolvendo dirigentes da Condsef. Exigimos a apuração das denúncias, bem como a punição de todos os culpados. Demos ampla publicidade a todas as denúncias, bem como aos fatos apurados e comprovados. Fomos os primeiros a exigir a perda dos mandatos dos envolvidos e a devolução dos valores desviados. Infelizmente fomos vencidos nas votações da plenária que deliberou sobre o tema.

Iniciamos o processo de discussão sobre a necessidade de se construir uma alternativa à Condsef. Impulsionamos o movimento "MUDA CONDSEF", que reúne sindicatos e oposições importantes da base da confederação. Em nosso último congresso aprovamos não ir ao Congresso da Condsef, suspender os repasses financeiros para a confederação e remeter para a base a proposta de desfiliação da entidade, o que consideramos uma das grandes vitorias desta gestão.

Orgulhamo-nos também de, juntamente com a CSP Conlutas, nossa central sindical, não termos vacilado e caído no conto da luta contra o "Golpe", pela "Democracia" ou outras consignas que encabeçadas pelo PT e CUT levavam, na prática, à defesa do Governo Dilma, assim como estamos dando o combate sem tréguas ao Governo Temer, ou seja, mantivemos nossa independência de classe.

Acreditamos que fizemos o melhor que podíamos para dar conta das tarefas. Isso não significa dizer que demos conta de tudo, ao contrário identificamos várias falhas e vários problemas em nossa atuação.

Para a próxima gestão, fica a tarefa de tocar e dar corpo as resoluções aprovadas em nosso último congresso, buscar a mais ampla unidade entre os trabalhadores, entidades e organizações, ter como prioridade a mobilização da categoria para derrotar Temer e todos os governos e patrões que seguem aplicando um duro ajuste sobre nós.

Agradecemos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que pudéssemos chegar ao final dessa jornada. Para nós foi um aprendizado bastante importante.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2016	SETEMBRO	OUTUBRO
SALDO INICIAL	R$ 84.599,54	R$ 97.356,66
TOTAL DAS RECEITAS	R$ 196.469,27	R$ 195.003,96
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO	R$ 21.143,01	R$ 29.760,37
FUNCIONÁRIOS	R$ 68.590,92	R$ 69.658,06
SINDICAL / CONGRESSO	R$ 36.173,65	R$ 30.375,49
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS	R$ 38.868,52	R$ 36.973,61
IMPRENSA	R$ 3.228,14	R$ 5.387,14
CORREIOS	R$ 286,95	R$ 359,04
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R$ 10.081,00	R$ 10.038,89
VEICULO	R$ 2.551,09	R$ 1.201,05
TELEFONES	R$ 2.788,87	R$ 4.218,32
TOTAL DAS DESPESAS	R$ 183.712,15	R$ 187.971,97
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R$ 12.757,12	R$ 7.031,99
SALDO FINAL	R$ 97.356,66	R$ 104.388,65

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6° andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: http//www.sindsef-sp.org.br | Facebook: sindsef-sp | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábia Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Fotos: Fábia Corrêa | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.

ATOS GERAIS

Ato contra o reajuste das passagens

O mês de janeiro foi marcado por mobilizações contra o reajuste das tarifas dos transportes coletivos. Milhares de pessoas tomaram as ruas para protestar contra o reajuste das tarifas, que passaram de R$ 3,50 para R$ 3,80.

Desde o primeiro ato, a Polícia Militar foi extremamente violenta com os participantes. Em uma das manifestações, a PM cercou os manifestantes, impedindo que outras pessoas se aproximassem do grupo e sequer deixou que o protesto saísse da concentração. A tropa agiu com balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e cassetetes, socos e pontapés, depois perseguiu participantes do ato pelas ruas e, até mesmo os jornalistas que cobriam este 2º ato, foram alvo do ataque da corporação.

Mais uma vez, representantes dos Sindsef-SP estiveram presentes nas manifestações

Foto: Romerito Pontes

1º de abril - Dia Nacional de Luta fortalece construção do 3º campo frente à polarização governo Dilma X oposição de direita

Ativistas do Sindsef-SP participaram do Dia Nacional de Luta em 1º de Abril, convocado pela CSP-Conlutas e pelo Espaço de Unidade de Ação. Ocorreram vários atos nos estados em contraposição às manifestações chamadas pela oposição burguesa e pelos governistas. Em São Paulo, aconteceu um grande ato. Ativistas do movimento "sem teto" uniram-se aos servidores públicos, trabalhadores dos Correios, profissionais da educação e da saúde, metalúrgicos, bancários, químicos, metroviários, trabalhadores rurais do interior de São Paulo – com destaque para o Vale do Paraíba, juventude, movimentos que lutam contra as opressões, como Quilombo Raça e Classe e MML (Movimento Mulheres em Luta), além de organizações e partidos de esquerda como PSTU e correntes do PSOL.

1º de Maio Classista

Foto: Romerito Pontes

A CSP Conlutas e o Espaço de Unidade de Ação realizaram uma manifestação de caráter nacional para prestigiar o Dia do Trabalhador, celebrado em 1º maio. Desta vez o ato foi realizado na Avenida Paulista.

O ato teve um caráter classista e alternativo aos grandes shows organizados pela CUT, Força Sindical e seus aliados. A manifestação foi parte do plano de lutas do Espaço Unidade de Ação.

O 1º de maio apontou a greve geral como fundamental para construir uma alternativa em defesa dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre.

Contra a PEC 241

Manifestantes realizaram um forte protesto contra a PEC 241 e em defesa dos serviços públicos, no dia 17 de outubro. Com faixas, cartazes, bandeiras e distribuindo panfletos informativos os participantes caminharam por mais de 4km - do Masp até a sede da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

A luta em defesa dos direitos, ameaçados com a aprovação desta Proposta de Emenda Constitucional (PEC) foi a pauta deste protesto, convocado pelas redes sociais e que conseguiu reunir mais de 10 mil pessoas em São Paulo.

Atualmente o projeto encontra-se no Senado Federal, como PEC 55, e a votação deve ser concluída até o dia 13 dezembro.

ATOS UNIFICADOS DO FUNCIONALISMO

Em abril, ativistas do Sindsef-SP participaram do Dia Nacional de Mobilização, realizando uma agitação em frente à Superintendência do INSS, contra o pacote de ajustes fiscais, o PLP 257/16 (atual PLS 54) e a reforma da previdência, que atinge principalmente as mulheres.

A atividade contou com representações do Incra, Ipen, MTE, Ex-LBA, MS, INSS, Judiciário, CSP-Conlutas, Fenasps entre outros.

O dia de luta foi marcado por manifestações e paralisações em vários pontos do Brasil. O principal alvo dos protestos dos servidores públicos foi o Projeto de Lei Complementar 257, herança do governo da presidente Dilma Rousseff (PT), que atualmente aguarda votação no senado federal.

16/06 – Dia Nacional de Lutas dos SPFs - Em São Paulo, representantes dos servidores públicos participaram de aula pública sobre o PLP 257/16 (atual PLS 54) e sobre a nova reforma da previdência. Em seguida, saíram em caminhada - do Masp até o escritório da Presidência da República, situado na Av. Paulista - em defesa do serviço público e contra os ataques do Governo Temer.

Em setembro, de 12 a 14, ocorreu a jornada de lutas dos Servidores Públicos, foram três dias de atividades em Brasília, contra o ajuste fiscal, as privatizações e a precarização do serviço público, e em defesa de salários, direitos e empregos. Mais de 10 mil pessoas, entre servidores públicos federais, estaduais e municipais, militantes de movimentos sociais e estudantis tomaram as faixas da Esplanada dos Ministérios, no dia 13 de setembro, em uma grande marcha que integrou a Jornada de Lutas, organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) em unidade com as Centrais Sindicais. O Sindsef-SP também enviou uma representação para a mobilização.

Além dos servidores federais, a atividade contou com a participação de servidores estaduais, municipais, movimentos populares, sociais e estudantil, além de centrais sindicais, entre elas, a CSP- Conlutas.

SEMINÁRIOS

Em fevereiro, o Sindsef-SP participou do 2° Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador, organizado pela CSP-Conlutas. O encontro aprovou um manifesto político em defesa da saúde e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Entres as principais ações aprovadas no Encontro destaca-se impulsionar o 28 de abril, Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho como um importante dia luta. Também foi aprovado lutar contra a terceirização; contra a privatização; contra a reforma da previdência e em a defesa da organização de base, entre outros. A tarefa é ganhar a consciência do trabalhador para a importância de debater esse tema.

Em abril, o Sindsef-SP participou do Seminário Nacional da CSP-Conlutas sobre Terceirização - Um dos objetivos do seminário foi subsidiar a discussão em curso na Central sobre sua posição frente à situação dos terceirizados no serviço público. Foram realizados painéis com juristas, procuradores do trabalho, acadêmicos e representantes de entidades sindicais.

Em maio, ocorreu em São Paulo uma Reunião do Espaço de Unidade de Ação. Representantes de entidades e movimentos que vieram para o 1° de Maio na Avenida Paulista se reuniram para avaliar o ato realizado e definir os próximos passos na construção de uma alternativaclassista em contraposição ao governismo (PT) e à oposição de direita (PMDB, PSDB e outros).

MUDA CONDSEF

Diante de indícios de superfaturamento de passagens aéreas, compradas pela Condsef para a delegação paulista participar do XI Congresso da entidade, o Sindsef-SP solicitou apuração dos fatos e, ainda, pediu a averiguação de outros gastos efetuados pela confederação. O resultado foi a constatação de irregularidades, que vão de peculato e fraude a crime eleitoral, envolvendo os dirigentes Maurício da Costa e Pedro Armengol.

O Sindsef-SP exigiu a perda de mandato dos envolvidos e a devolução dos valores desviados. No entanto, a maioria dos participantes da plenária nacional, convocada para deliberar sobre o tema, mesmo diante de provas concretas dos ilícitos, optou por reduzir a mera "advertência" a penalidade imposta aos envolvidos.

Estas situações impulsionaram o debate sobre construir uma alternativa à Condsef. Neste sentido, em 2016 integrantes do movimento Muda Condsef realizaram dois seminários para avançar neste processo.

Em abril, o Sindsef-SP sediou o 2° Seminário "Muda Condsef", que debateu os desafios e a importância da reorganização dos servidores federais no atual cenário político do país. Em pauta, a crise econômica e política, o ajuste fiscal – em especial o PLP 257/2016 (atual PLS 54), o desmonte do serviço público, a criminalização das lutas, o assédio moral e o combate às opressões.

Em setembro, representantes da diretoria do Sindsef-SP fortaleceram os debates que ocorreram no 3° Seminário, realizado na sede do Sintsep-PA, em Belém-PA.

Eleições para Diretoria e Conselho Fiscal do Sindsef ocorrem de 22 a 25/11

Entre os dias 22, 23, 24 e 25 de novembro ocorrem as eleições para renovação da Diretoria Colegiada e do Conselho Fiscal do Sindsef-SP, biênio 2017/2018. O processo eleitoral conta com a participação de duas chapas: **Chapa 1 – Unidade para Barrar os Ataques do Governo**; e **Chapa 2 - Nenhum Direito a Menos / Sindsef-SP pra Lutar.**

São candidatos para o Conselho Fiscal: Bernadete Aparecida Vieira Serafim; Carmen Silva Serre Rodrigues; Israelandia Conceição Miranda Souza; Joselice Maria da Rocha; Paulo Roberto da Silva Ramos e Vera Lúcia Garcia.

O roteiro das urnas, com locais e horários de votação, foi enviado para todos os servidores filiados via correio e através dos endereços eletrônicos (e-mails) cadastrados. O roteiro também pode ser conferido, assim como eventuais alterações, no site do sindicato (www.sindsef-sp.org.br).

Escolha o local de votação mais próximo de sua residência, ou do seu trabalho, e ajude a fortalecer o sindicato.

CONHEÇA OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL

Bernadete

Carmen

Israelandia

Joselice

Paulo Roberto

Vera Lúcia

ATENÇÃO! CONHEÇA OS CANDIDATOS E AS PROPOSTAS DAS CHAPAS NOS MATERIAIS ENCARTADOS NESTA EDIÇÃO!

ASSEMBLEIAS GERAIS / CONSELHO DELIBERATIVO / CONGRESSO

Em março, ocorreu a primeira Assembleia Estadual do ano. Os presentes aprovaram deliberações sobre conjuntura, Geap, processo administrativo do servidor Carlos Daniel, participação no ato do 08 de março, situação da Condsef e Seminário Muda Condsef.

Em junho, a diretoria percorreu os locais de trabalho realizando assembleias. O objetivo foi aprofundar o debate com a categoria sobre o avanço desenfreado dos casos de assédio moral e perseguição política, prestar contas sobre o que estava sendo feito em apoio ao servidor Carlos Daniel e, principalmente, discutir qual o papel do sindicato diante deste enfrentamento com governo.

No dia 25 de junho, o Conselho Deliberativo de Base do Sindsef-SP se reuniu para debater sobre o ajuste fiscal, as investidas do governo contra os servidores públicos, a nova reforma da previdência, a situação da Condsef e a campanha pela reintegração de Carlos Daniel.

Em maio, a diretoria convocou Assembleia Estadual Geral do Sindsef-SP para debater a campanha de reintegração de Carlos Daniel. A reunião foi marcada por amplo debate sobre a importância do sindicato para enfrentar as perseguições políticas e assédio moral que crescem desenfreadamente no setor público. Algumas intervenções destacaram que esta política é usada com objetivo de inibir a organização dos trabalhadores e também enfraquecer os sindicatos

que lutam contra os governos. A reunião foi acompanhada por representante da CSP-Conlutas e de sindicatos como Sinsprev, Sintrajud e Sintunifesp, que enfrentam situações semelhantes em seus espaços de atuação.

Em julho, ocorreu mais uma Assembleia Estadual Geral do Sindsef-SP. Na ocasião foi aprovada uma resolução sobre situação da Condsef e a continuidade da campanha pela reintegração de Carlos Daniel, com apoio financeiro, político e jurídico e assumindo o pagamento integral de seu salário até a realização do Congresso da entidade.

Entre 11/08 e 20/09, dirigentes do Sindsef-SP realizaram uma rodada de assembleias para eleger delegados aos Congressos do Sindsef-SP. Percorreram locais de trabalho da Capital, Interior e Litoral para levar informes e eleger os representantes que participariam do evento.

CONGRESSO DO SINDSEF-SP

O 21° Congresso do Sindsef-SP ocorreu em um cenário de aprofundamento dos ataques aos direitos dos trabalhadores, com destaque para projetos que afetam diretamenteos servidores públicos federais (SPFs), como é o caso da PEC 55 (antiga PEC 241) e do PLS 54/16 (antigo PLP 257). Estes projetos causam imensos prejuízos aos serviços e servidores públicos e visam manter o pagamento da questionável dívida pública, que consome anualmente quase 50% do Orçamento Geral da União apenas com juros e amortizações.

O objetivo do Congresso foi analisar a situação da categoria e traçar um programa de luta para defender os interesses dos servidores.

Principais deliberações aprovadas no Congresso*:

- Participar das mobilizações nacionais rumo a construção da Greve Geral! Por Emprego e salário, contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos!
- Isonomia salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Realizar processo de discussão sobre desfiliação da Condsef, com amplo debate na base;
- Não participar do XII Congresso da Condsef que acontece em dezembro deste ano, em Cuiabá/MT;
- Manter a suspensão dos pagamentos do Sindsef-SP à Condsef. Os recursos financeiros economizados serão usados para compor um fundo para construção de uma alternativa ou para acerto do débito, em caso de manutenção da filiação.
- Manter do pagamento do salário do servidor Carlos Daniel até março de 2017, quando o assunto voltará a ser debatido com a categoria.

*Confira no site – www.sindsef-sp.org.br - todas as resoluções aprovadas.

Após o 21° Congresso foi instalada a assembleia geral estadual eleitoral, que definiu os procedimentos referentes ao processo eleitoral. Os participantes aprovaram o calendário e elegeram a Comissão que conduzirá o processo eleitoral. A Comissão é composta por: Ismael Souza, servidor do Ministério do Trabalho e atual Secretário Geral do Sindsef-SP; Felipe Antoline, servidor do Incra; Cida Ventura, servidora aposentada pela Ex-LBA e atual Secretária de Combate as Opressões; Vinicius Mattei, servidor do Ibama e delegado de base; e um representante da CSP-Conlutas.

LUTAS ESPECÍFICAS: ÓRGÃOS

Ipen – Em fevereiro, a Assipen e o Sindsef-SP apoiaram a luta dos trabalhadores terceirizados contratados pela empresa Higilimp - responsável pela limpeza e conservação de órgãos como IPEN, USP e Metrô - que deu um grande calote em seus funcionários. Os empresários declararam falência e desapareceram, deixando cerca de 4 mil trabalhadores, a grande maioria mulheres, sem o salário do mês e sem garantias de receber os direitos trabalhistas e as verbas rescisórias. Houve assembleias e atos na portaria do Ipen cobrando uma solução da administração do Instituto.

Em março, os servidores participaram da assembleia convocada pelo Sindsef-SP e Assipen. Em pauta temas como conjuntura, crise política, novos ataques do governo contra o funcionalismo, problemas internos do órgão, situação da Condsef e eleição de representantes para o 2° Seminário Nacional "Muda Condsef".

Em julho, foi deflagrada uma paralisação contra a ameaça de corte de 40% dos salários e redução da GDACT (Gratificação de Desempenho na Área de

Ciência e Tecnologia) na aposentadoria. Os servidores recorreram ao movimento grevista, após esgotarem as tentativas de correção de um erro grosseiro do Ministério do Planejamento que caminhava para se transformar em um grande prejuízo para os trabalhadores da carreira de Ciência e Tecnologia (C&T).

Os problemas foram detectados no texto do PLC 33/2016, que tratava do reajuste dos servidores. O PL não previa o pagamento da Gratificação de Qualificação-GQ aos servidores de nível intermediário (Técnicos) a partir de 1° de agosto de 2016. O anexo que detalhava os efeitos financeiros deste projeto só considerava estes servidores até 31 de julho de 2016. Na tabela seguinte os técnicos desapareciam.

Os servidores também alertavam que o projeto era uma ameaça ao recebimento do valor integral da Gratificação de Desempenho em Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT), pois os aposentados e pensionistas do setor atualmente já recebem o valor integral da média dos pontos da GDACT nos últimos sessenta meses de atividades.

Frente a forte mobilização, e a repercussão na mídia, o governo apresentou uma proposta contemplando as reivindicações do setor. A força do movimento foi uma importante vitória para cerca de 8 mil servidores que seriam prejudicados com o texto original do projeto.

Em agosto, os servidores participaram de palestra sobre o PLP 257, atual PLS 54, que é mais um ataque do governo federal contra os servidores públicos e vai significar, entre outras coisas, aumento das terceirizações, aprofundamento da precarização dos serviços públicos.

AGU – Visando protestar contra o veto do presidente Temer à criação da carreira de apoio (PEC-AGU) os servidores realizaram várias agitações, com panfletagem, na entrada do órgão para dar visibilidade ao movimento. No dia 08 de agosto, servidores PRFN3ª Região, que também tinham interesse no pleito, participaram da mobilização.

Em outubro, a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, entregou uma cópia do projeto ao ministro da Casa Civil. Agora os servidores aguardam as próximas movimentações.

Fundacentro – Em julho, os servidores da Fundacentro, integrantes da carreira de Ciência e Tecnologia, também aderiram ao movimento contra a ameaça de corte de salário. Na ocasião, realizaram paralisações parciais e reuniões por videoconferência com unidades de diferentes estados para tratar de demandas específicas, entre elas, a necessidade de melhorias das condições de trabalho.

Cultura – O presidente Michel Temer, desde o início de seu governo, adotou várias medidas prejudiciais ao serviço público, entre elas a extinção do Ministério da Cultura. Em São Paulo, integrantes das carreiras do Iphan, Ibram, Funarte, Fundação Palmares e Ministério da Cultura, realizaram uma assembleia emergencial visando organizar um plano de ação e um calendário de atividades para combater os ataques. Dois dias após a assembleia, diante dos intensos protestos que se espalharam pelo país, o presidente voltou atrás e decidiu recriar o MinC.

Foto: Amanda Flor/SRTE-SP

MT - No decorrer do ano, diretores e delegados de base, acompanhados da assessoria jurídica do Sindsef-SP, se reuniram com os diferentes gestores que assumiram a superintendência do Ministério do Trabalho para tratar de pautas específicas de interesse dos servidores. Passaram pelo cargo, em menos de 10 meses, três superintendentes. Este troca-troca, contribuiu para deixar a maioria das reivindicações do setor sem respostas.

Em 2016, mais uma vez, os funcionários do MT desempenharam suas funções sem ter condições mínimas de trabalho e sem ver empenho das chefias em construir uma rotina de tarefas que solucionasse os problemas enfrentados pelos servidores.

Em agosto, o advogado César Lignelli, membro do Departamento Jurídico do Sindsef-SP, realizou palestra sobre o Ajuste Fiscal, PLP 257 (atual PLS 54) e Reforma da Previdência.

Em outubro, atendendo a pedidos da categoria, foi retomada a Campanha de Combate ao Assédio Moral. Servidores da Superintendência foram os primeiros a serem contemplados com a distribuição de um boletim que buscava identificar o problema e orientava a vitima a denunciar o agressor. (Acesse em: www.sindsef-sp.org.br).

PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) – Pelo segundo ano consecutivo, os servidores de Apoio Administrativo da PGFN realizaram uma forte mobilização em prol de reconhecimento e valorização. Em 2016, a organização dos servidores lotados na PRFN 3ª Região deslanchou, contribuindo para fortalecer o movimento nacional e ampliar a representatividade.

O primeiro passo foi aderir às paralisações progressivas e promover atividades para dar visibilidade ao movimento que reivindicava a inclusão no projeto que criaria a carreira de apoio a AGU (Advocacia Pública Federal). No entanto, o presidente Michel Temer, contrariando todas as expectativas, vetou a criação do PEC-AGU.

Diante dessa realidade, decidiram lutar pela criação de uma carreira de apoio da PGFN. Surgiu assim, um movimento próprio, impulsionado e dirigido pelos servidores e que, em um curto espaço de tempo, aglutinou representantes de várias unidades do país em torno desta pauta. Também está sendo criado um Grupo de Trabalho para tratar deste e demais temas de interesse do setor.

LUTAS ESPECÍFICAS: ÓRGÃOS

Aposentados e Pensionistas – Um ato unificado, realizado no dia 22/01, para homenagear o Dia dos Aposentados, reuniu representantes do Sindsef-SP, do Sinsprev/SP e do Sintrajud em frente ao TRF – Tribunal Regional Federal, responsável pelo julgamento de inúmeras ações das categorias. Na ocasião, uma comissão foi recebida pela chefe do Escritório Regional da Presidência da República em São Paulo, Nilza Fiuza. Na audiência abordaram temas como a luta pela aprovação da paridade entre ativos e aposentados e a necessidade de aprovação da PEC 555/2006 que trata do fim da taxação dos aposentados e da PEC 56/2014, que altera o artigo 40 da Constituição Federal e institui a aposentadoria integral dos servidores públicos aposentados por invalidez, que atualmente perdem até um terço do que recebiam quando ainda estavam na ativa, o que é uma grande injustiça.

Ao longo do ano ocorreram assembleias estaduais do setor, onde discutiram temas como: Conjuntura, palestras de formação, informes de atividades, informes jurídicos e atividades recreativas e culturais.

Funai - Em julho, indígenas de várias regiões do país realizaram forte manifestação para protestar contra a revisão e paralisação das demarcações de Terras Indígenas (TIs), os cortes de verbas e a redução de servidores da Funai, o loteamento político do órgão, a municipalização da saúde e as violências cometidas contra os povos originários.

Foto: Alan Azevedo

A mobilização, intitulada Ocupa Funai, foi organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e contou com o apoio da Associação Nacional dos Servidores da Funai (Ansef). O movimento reuniu cerca de 80 etnias, que realizaram ocupações de prédios e rodovias em 16 estados do país. Em Itanhaém, litoral paulista, a sede da Funai foi ocupada.

Servidores e indígenas denunciam o sucateamento e fragilização da Funai. O governo Dilma cortou 34,6% do orçamento do órgão nos últimos cinco anos. E a verba, que era R$172,6 milhões em 2012, e hoje é de apenas R$112,8 milhões, pode perder mais 33% só neste ano.

Outra medida anunciada prevê a redução do quadro de servidores, já precário, da Funai, com o corte de 142 cargos, o que significará a extinção ou o esvaziamento de Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais (CTL) do órgão.

Os servidores temem que a Funai seja desintegrada e passe a funcionar como uma secretaria dentro do Ministério da Justiça ou de outro órgão. As medidas causam apreensão aos funcionários.

O Sindsef-SP defende o fortalecimento da Funai, a realização urgente de concurso público e a garantia de mais verbas no orçamento da União para investir no setor.

Ministério da Saúde - Em maio, servidores que atuam no combate as endemias realizaram o II Seminário do setor. Em pauta debates sobre conjuntura, saúde do trabalhador e assédio moral, informes da Condsef sobre demandas específicas e informes jurídicos.

Durante o painel sobre Saúde do Trabalhador e Assédio Moral, os servidores denunciaram que a falta de investimentos e o quadro reduzido de pessoal contribuem para o adoecimento dos trabalhadores do setor e para o grande número de casos de assédio moral.

Um exemplo, é a situação enfrentada pelo ex-diretor do Sindsef-SP, Júlio César Medéa, que foi devolvido para o núcleo do Ministério da Saúde. O servidor denunciou reiteradamente casos de perseguições e assedio moral que ocorriam nas prefeituras e foi punido com esta transferência, que o obriga se deslocar todos os dias do litoral até capital paulista. A situação lhe causou sérios problemas de saúde. A diretoria do Sindsef-SP está acompanhando o caso e buscando soluções tanto no âmbito político como no jurídico.

Os servidores também reclamaram que o conhecimento acumulado não é aproveitado nas prefeituras para onde foram transferidos, e se sentem desvalorizados, após a descentralização do Ministério da Saúde.

Ibama – Em março, o Sindsef-SP promoveu uma palestra sobre as diferentes formas de violência contra a mulher. O evento contou com a presença de trabalhadoras terceirizadas, da administração e da limpeza, e servidoras.

Em abril, os servidores participaram da palestra sobre o PLP 257, atual PLS 54. O palestrante Cesar Lignelli, advogado do Sindsef-SP, buscou tirar dúvidas e alertar sobre as ameaças existentes no projeto.

Em maio, o Sindsef-SP fez uma agitação em frente a superintendência do Ibama/SP para pedir a reintegração do servidor Carlos Daniel . O objetivo da manifestação foi, além de exigir a reintegração, denunciar a perseguição que o trabalhador sofreu nos últimos anos e que culminou nesta injusta demissão.

Em julho, os servidores foram surpreendidos com a nomeação da ex-deputada estadual Vanessa Damo para superintendência regional do Ibama. A nomeação desconsiderou o Regimento do Ibama, que prevê que os cargos comissionados sejam preenchidos, preferencialmente, por servidores público da carreira do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Houve intensa mobilização dos servidores para denunciar a falta de experiência e supostas irregularidades que ocorreram no Instituto durante a permanência de Vanessa no cargo.

Em outubro, a justiça federal acatou uma ação civil pública movida contra a nomeação de Vanessa e endossada pela Procuradoria da República em São Paulo. A decisão aponta que, como teve o mandato cassado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e foi condenada pelo TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo) por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação, ficando inelegível até 2020, ela não está em "pleno gozo dos direitos políticos" e diante disso, Vanessa não poderia ser indicada para um cargo comissionado no serviço público.

Incra – Em fevereiro, o Incra/SP ficou com as atividades suspensas devido a ação radicalizada da Frente Nacional de Lutas (FNL), que ocupou o órgão entre os dias 1 e 4 de fevereiro. As instalações foram destruídas e inúmeros equipamentos foram furtados ou danificados. Os servidores lamentaram a falta de diálogo das lideranças do movimento com a representação sindical dos trabalhadores do órgão.

Em março, um debate sobre raça e gênero marcou a homenagem ao dia da mulher. O objetivo da exposição "Cor e Gênero: Isso nos atinge?", foi levantar reflexões sobre a luta das mulheres e o combate às opressões. O Sindsef-SP também apoiou a realização de duas exposições temáticas: A exposição "A Força da Mulher", homenageou as mulheres do Incra/SP de todos os setores e modalidades de contratação, lembrando a força de cada uma em suas múltiplas identidades. Já a Exposição da Mãe Bahia - Visões de uma jovem artista - teve como tema "Mulher e identidade em construção".

Em abril, o Sindsef-SP organizou uma roda de conversa para analisar o PL e debater sobre as consequências na vida do servidor. A atividade contou com a contribuição do Departamento Jurídico do Sindicato.

Em junho, o debate "O aparelhamento político do INCRA" reuniu servidores, movimentos sociais e entidades ligadas à agricultura familiar e luta pela terra para discutir sobre a gestão do Incra e a execução de políticas públicas de reforma agrária e ordenamento fundiário em São Paulo. O evento foi organizado pelo Sindsef-SP, Assincra e SindPFA.

A luta contra o aparelhamento político também contou com eleição para indicar uma lista tríplice com nomes de servidores com experiência e perfil técnico para assumir a superintendência da autarquia de São Paulo. No entanto, o presidente do Incra ignorou as iniciativas dos servidores e indicou o filho de Paulinho da Força para o cargo.

Em julho, o filho de Paulinho da Força assumiu o cargo de superintendente do Incra/SP e foi recepcionado com um protesto dos servidores.

COMBATE ÀS OPRESSÕES

08/03 (Dia Internacional da Mulher Trabalhadora) – Representantes do Sindsef-SP fortaleceram a coluna da CSP-Conlutas no ato do 8 de março – Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora, realizado em São Paulo. Mulheres e homens levaram às ruas bandeiras, faixas e palavras de ordem denunciando as políticas do governo prejudiciais à população e que atingem em especial as mulheres trabalhadoras. Na pauta da manifestação: a luta contra a reforma da previdência, contra o ajuste fiscal, contra a violência machista e em defesa da legalização do aborto, entre outros. Apoiadores do governo Dilma tentaram transformar a manifestação num grande ato em defesa do PT. Diante desta postura, o MML (Movimento Mulheres em Luta) ligado à CSP-Conlutas, denunciou a manobra e realizou uma manifestação independente, que reuniu milhares de pessoas.

Foto: Romerito Pontes

21/03 – O Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe organizou uma roda de debate para homenagear o Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial. A atividade ocorreu no auditório do Sintrajud e contou com a presença de representantes do Sindsef-SP.

22 a 24/04 – Sindsef-SP enviou delegação ao II Seminário Nacional de Negras e Negros da CSP-Conlutas – O evento representou mais um passo na organização das lutas contra todas as opressões e o racismo e contou com a participação de mais de 150 ativistas. O tema central foi: "Combatendo o racismo no cotidiano sindical, popular, estudantil e na sociedade com raça, gênero e classe". O seminário também teve por objetivo aprofundar a organização do Setorial de Negras e Negros, em aliança com os movimentos sindical, estudantil, popular, indígena, feminista e LGBT, buscando, também, discutir e construir um plano de lutas e resistência, seja nas cidades, nas comunidades quilombolas e também no campo.

23 e 24/07 – O Sindsef-SP enviou representação para o 1° Seminário Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) sobre Mulheres Negras.

O espaço foi dedicado à formação das ativistas visando avançar nos debates de gênero, raça e classe.

No dia **29/05** foi realizada a Parada LGBT de São Paulo. Com faixas e bandeiras exigindo Fora Todos e pedindo Eleições Gerais, ativistas da base do Sindsef-SP participaram da atividade. Os manifestantes também denunciaram a violência praticada contra as LGBTS. A cada uma hora, uma LGBT sofre violência no Brasil. Geralmente, a violência é física – espancamento, chutes, socos. A cada 27 (vinte e sete) horas, uma LGBT é assassinada no país, sendo apontados 326 casos em 2014, segundo o Grupo Gay da Bahia. Esse fato vem chamando a atenção de organismos internacionais de Direitos Humanos e coloca nosso país na condição de líder no ranking em violência contra o segmento LGBT. É importante ressaltar que as Travestis e as Transexuais formam o grupo mais vulnerável. O risco das travestis serem assassinadas é 15 vezes maior do que os gays. E mais, a maioria dos crimes são mortes violentas, típicas de "crimes de ódio", com extrema crueldade.

Em **setembro**, durante o Congresso do Sindsef-SP, o painel dedicado ao combate as opressões contou com a participação do Movimento Mulheres em Luta, do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, um representante da indígena, da aldeia "Tekoa Pyau" e do Setorial LGBT da CSP-Conlutas. A novidade ficou por conta de Débora Silva, coordenadora do Movimento Mães de Maio. Débora denunciou o massacre ocorrido em São Paulo, em maio de 2006, que resultou na morte de cerca de 600 jovens, a maioria negros e moradores da periferia, vítimas da violência do Estado.